

PROVIDENCIALISMO E CULTURA HISTÓRICA NO PERNAMBUCO SEISCENTISTA

Sylvia Brandão Ramalho de Brito¹

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos têm-se utilizado mais sistematicamente as crônicas produzidas durante o período colonial como fontes para análise do discurso construído pelos conquistadores. O período de dominação holandesa foi um dos mais documentados e dentre os autores dessa fase (1630-1646) destacamos frei Manuel Calado, autor de *O Valeroso Lucideno e o triunfo da liberdade*. Nos dois volumes que compõem a obra são delineados o cotidiano e as particularidades da vida pública, bem como as diferenciações culturais entre portugueses, holandeses e luso-brasileiros. Como homem da igreja católica, o componente central do pensamento de Calado guiava-se por uma história de cunho providencialista e é a partir desta representação que ele retratava os desígnios da colônia. Pretendemos com este trabalho compreender de que forma Calado incorpora a cultura histórica do seu tempo, e quais os ideais que ele defendia e pretendia divulgar em seu discurso.

Manuel Calado, português de Vila Viçosa, levava uma vida estável no Brasil. Em Porto Calvo, atual Alagoas, possuía um roçado próprio e era senhor de 25 escravos. O religioso da Ordem de São Paulo, que viveu cerca de 30 anos no Brasil, residiu inicialmente na Bahia, em 1624, sendo na ocasião da ocupação holandesa da Cidade do Salvador, preso pelos invasores. Em um livro² dedicado à sua vida, José Antônio Gonsalves de Mello afirma que o religioso residiu inicialmente na Bahia, em 1624, tendo sido preso na ocasião da ocupação holandesa da cidade de Salvador. Durante a invasão holandesa a Pernambuco, Manuel Calado participou do movimento de resistência, organizando ainda um grupo de guerrilheiros para lutar em favor de Portugal.

¹ Mestranda PPGH/UFPB

² Trata-se da biografia do religioso. MELLO, José Antonio Gonsalves de. *Frei Manuel Calado do Salvador: Religioso da Ordem de São Paulo, Pregador Apostólico por sua Santidade, Cronista da Restauração*. Recife, Universidade do Recife, 1954.

Boa parte da cultura histórica do período colonial deve-se às crônicas luso-brasileiras. Essas narrativas tratavam das guerras holandesas no Nordeste e foram escritas e impressas quase todas na segunda metade do século XVII. Evaldo Cabral de Mello reservou, em seu *Rubro Veio*, um capítulo inteiro destinado à cultura histórica relativa ao período holandês, ou seja, às crônicas luso-brasileiras, e falou de forma especial do *Valeroso Lucideno* demonstrando todo o caminho de glórias e percalços trilhados pela obra. Quase que totalmente execrada pelos leitores nos séculos XVII e XVIII, a obra conquistaria sua valorização no século XIX quando passaria a gozar de aceitação (ou certa reputação). Calado era adepto de detalhes e pormenores e, segundo Evaldo Cabral de Mello, ao leitor que antecedeu o século XIX, não eram nada agradáveis a feição memorialística de transcrição de uma experiência pessoal, a descrição gráfica dos episódios, o ar de reportagem ou de ‘história imediata’ e a utilização de uma linguagem espontânea e até coloquial³.

Do ponto de vista historiográfico, poucos foram os autores que trataram especificamente da obra de Manuel Calado. Já foi dito que José Antonio Gonsalves de Mello publicou, em 1954, um livro que ressaltava a importância do *Lucideno* atentando para o que havia no real depoimento de um contemporâneo, fato que dava à crônica um valor único se comparada às outras publicadas em seguida. Antes de Gonsalves de Mello, outro autor a abordar a obra de Calado foi Capistrano de Abreu em um breve estudo denominado *Memórias de um Frade* publicado no *Jornal do Commercio*⁴. Capistrano, contudo, não faz grandes elucubrações, optou apenas por resenhá-la, atentando para a sua importância para a historiografia brasileira.

O crítico literário Wilson Martins em sua clássica obra *História da Inteligência Brasileira*, composta de sete volumes, aborda, no primeiro deles, o *Lucideno*, considerando-o como “um dos livros mais originais, senão o mais original do século XVII” (MARTINS, 1977: 141). Esse talvez seja o melhor estudo dedicado à obra do frade, pois, embora curto, atenta para aspectos interessantes da narrativa, como o posicionamento do índio na civilização cristã transladada para o Novo Mundo, a simbologia do herói português conduzindo “brasileiros”, para dar apenas esses exemplos. Em 2000, o literato Affonso Romano de Sant’Anna publicou o artigo *O*

³ MELLO, Evaldo Cabral de. *Rubro Veio: O imaginário da Restauração Pernambucana*, Rio de Janeiro, Topbooks, 1997, p.89.

⁴ A publicação no *Jornal do Commercio* deu-se nos seguintes dias: entre 1º e 16 de junho e 1º de julho de 1899, sendo reproduzida também na *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, 1905-06, v. 65; e, posteriormente, no livro *Obras de Capistrano de Abreu: Ensaios e Estudos*, publicado pela Civilização Brasileira em 1975 (sendo esta última, a que utilizamos para consulta).

Valeroso Lucideno: um caso de arqueologia literária na ‘Revista Convergência Lusíada’ onde critica o descaso da universidade para com uma das obras mais singulares e ricas do período colonial e prega sua revalorização literária. A partir dessa breve explanação, reforçamos a importância de se estudar o *Lucideno*, obra opulenta de informações sobre o período colonial, que traz à tona a cultura histórica e as expressões vivenciadas durante os acontecimentos.

Do ponto de vista social, acreditamos ser este trabalho importante para denotar a persistência nos dias de hoje do discurso nativista personificado em um “bairrismo” (paraibano, pernambucano, gaúcho, paulista, entre outros) indisfarçável que o *Lucideno*, já no século XVII, ajudou a firmar. Também é interessante destacarmos ecos do discurso providencialista adotado por Calado na sociedade contemporânea. “*Da origem da destruição e ruína de Pernambuco*”, título do primeiro capítulo do *Lucideno*, é extremamente atual face ao discurso de inúmeras religiões em arranjar explicações plausíveis para mazelas individuais ou coletivas. Explicações essas ainda ancoradas no discernimento dos pecados e ilicitudes do homem, em torno, ora do castigo, ora da culpa. Do ponto de vista historiográfico, pretendemos dar uma pequena e modesta contribuição para a revalorização do *Lucideno* visto que não são muitos os estudos acadêmicos sobre o livro, diante da relevância e influência dele na historiografia brasileira.

UNIVERSO PROVIDENCIAL E NATIVISMO

Em artigo publicado na Revista *Saeculum*, Elio Flores sintetiza o conceito de cultura histórica entendendo-o como “os enraizamentos do pensar historicamente que estão aquém e além do campo da historiografia. Haveria, portanto, uma intersecção entre a história científica e a história sem historiadores” (FLORES, 2007: 95). Perceber os meandros da cultura história de um período presente em uma narrativa específica do século XVII é o que norteia o nosso trabalho. Para tanto, pretendemos compreender de que maneira e com quais propósitos foi incorporada essa cultura histórica por Manuel Calado, delimitando-a a partir da concepção providencialista perceptível em sua obra.

Foi na segunda metade do século XVII que cronistas luso-brasileiros publicaram seus textos literários acerca das guerras holandesas. Essas narrativas foram muito

utilizadas pela historiografia nativista⁵ gestada no século XIX. Utilizaremos a explicação de Forastieri da Silva com relação à significação do termo ‘nativismo’. Tal terminologia representa uma instrumentação política utilizada para coordenar e consolidar, nas grandes massas, os elementos que precisamente constituem o sentimento nacional, de forma a tornar a história uma biografia da nação, cujo passado colonial devesse estar sempre presente (SILVA, 1997: 13).

As obras nativistas buscavam, no passado, a justificativa de uma nacionalidade nascente. Forastieri da Silva expõe o nexos dessa corrente afirmando: “O Brasil de hoje estaria inscrito no passado colonial e uma das maneiras de se apresentar nesse passado seria através das manifestações de cunho nativista” (1997:25). A luta contra os holandeses no Nordeste representou, portanto, a origem do sentimento nativista e de outras mistificações. Uma das obras ‘apropriadas’ pelos nativistas é o nosso objeto de estudo, *O Valeroso Lucideno*.

Os homens que escreveram sobre o Brasil durante o período colonial eram formados em Portugal ou formados à portuguesa. Portanto, como explica Antonio Candido de Mello e Souza, a sua atividade intelectual, ou se destina a um público português ou é ditada por necessidades práticas, administrativas ou religiosas (2000: 84). Foi imerso em uma filosofia barroca que Calado traduziu os desígnios da colônia para a Europa. Ele fora um produto cultural do seu meio e os ajustes entre a tradição europeia e os estímulos locais atuaram como ingrediente decisivo em sua obra.

A narrativa de Calado se inicia com uma comparação providencialista que, de certa forma, preenche toda sua obra. A noção de castigo divino é utilizada para demonstrar a punição a que foi submetida a população local devido aos seus vícios. A invasão holandesa havia sido um castigo divino contra os pecados dos moradores da capitania nos anos anteriores. Os acontecimentos narrados por Manuel Calado estavam submetidos à tutela de uma história de cunho providencialista. Segundo essa concepção, os projetos realizados pela ação do homem se cumprem não porque o homem os concebeu, mas porque a Providência Divina assim o quis. Deus era uma “entidade” muito próxima aos homens daquela sociedade. Ele era o responsável pelas vitórias e derrotas; conforme sua vontade, povos seriam agraciados com prêmios ou condenados a castigos.

⁵ Um elucidativo livro acerca da historiografia nativista pernambucana é *Rubro Veio*, de Evaldo Cabral de Mello [2ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997].

A idéia da intervenção divina representa a essência da obra de Manuel Calado. Para ele, o direito de conquistar outras terras e outros povos foi assegurado aos portugueses por uma vontade de Deus. O povo português era o povo escolhido para conquistar e dominar o Novo Mundo graças a um motivo muito “nobre”: salvar as pobres almas dos inimigos da cristandade ou da própria ignorância ingênua, quase animalesca, dos gentios.

Santo Agostinho com *A Cidade de Deus* foi quem preconizou e popularizou a chamada história providencialista, dando um sentido novo e revolucionário à concepção histórica. Segundo Philippe Ariès, Santo Agostinho inova porque se compromete com o tempo, com a duração das coisas, diferente do que havia até então na literatura histórica grega, indiferente às cronologias. O pensamento agostiniano “abrange todo o conjunto do devir humano, para explicar por meio de algumas concepções filosóficas gerais sobre a ação de Deus no mundo através da sua Providência” (ARIÈS, 1992: 79). Bourdè e Martin (1983) afirmam que acontece, a partir de *A Cidade de Deus*, uma ordenação linear do tempo que vem, concomitantemente, substituir a ordem cíclica dos pensadores greco-romanos.

Ariès, contudo, explica em seu *O Tempo da História* que tal sensibilidade à História não provocou um estado de espírito propriamente histórico:

Os acontecimentos e o seu desenrolar são menos importantes em si mesmos do que pelos seus sinais místicos, a sua significação moral, no plano do governo divino (ARIÈS, 1992: 92).

O que importa dizer é que a concepção providencialista da história humana refletida na dialética do castigo exerceu seu domínio para além da Idade Média. Bossuet é o melhor exemplo disso. O seu livro “*Discurso sobre História Universal*” de 1681 “visava tirar da história preceitos de sabedoria moral e política e esclarecer determinadas constantes da natureza humana” (BOURDÉ e MARTIN, 1983: 24).

Como já foi dito, a história não era apropriada pelos homens, cabendo a eles apenas a aplicação dos desígnios divinos. Deus era o único agente histórico, pois só a partir de sua Providência a atividade humana conduzia a um resultado. Nesse sentido, achamos pertinente destacar uma comparação que faz Calado entre o pecado e as desgraças cometidas aos delinquentes ou pecadores, enfatizando ser o pecado a causa e o efeito da perversão e destruição das coisas. Essa conjectura é feita para explicar a

invasão dos holandeses à capitania de Pernambuco como castigo divino decorrente dos desmandos aí então presentes:

(...) vendo-se os Portugueses tão prósperos, e abundantes, deram entrada aos vícios, entrou com eles a soberba, confiaram mais do que convinha em seu valor, e esforço, e esqueceram de dar a Deus as devidas graças, por os benefícios que de sua liberal mão haviam recebido; e como a ingratição é um pecado que mais provoca a Deus a executar sua ira, e justiça, começou Deus a castigá-los para que tornassem ao verdadeiro caminho, que encaminha para o Céu (Calado, 1987: 138).

O providencialismo foi utilizado por Manuel Calado para referendar diversos aspectos presentes no universo colonial de sua época. A superioridade dos “honestos” portugueses sobre os “avarentos” holandeses; a incompatibilidade radical entre católicos e calvinistas; o direito inalienável dos portugueses de conquistar terras e povos. Para além do *Lucideno*, muitas obras produzidas durante o período de ocupação holandesa foram apropriadas e remodeladas pela historiografia nativista do século XIX. Idéias e práticas foram reconfiguradas conforme os objetivos da época. Contudo, consideramos o nosso objeto de estudo como um marco a ser utilizado por essa historiografia, já que Manuel Calado redigiu o seu livro com um propósito muito claro: mostrar a abertura que passavam os colonos e obter ajuda material da coroa aos insurretos de Pernambuco. O ponto da discórdia inicial para a linha nativista fora a questão dos holandeses, pois depois de expulsá-los, as fiéis capitanias do Norte não receberam nenhum tratamento diferencial por parte do governo português.

Em *Rubro Veio*, importante livro que trata da restauração pernambucana no imaginário nativista, Evaldo Cabral de Mello examina o reflexo que a invasão holandesa acarretou no imaginário e na cultura histórica de Pernambuco entre os séculos XVII e XIX. Nosso estudo pretende seguir esse caminho metodológico. Escolhemos o *Lucideno*, dentre tantas obras versadas sobre o período holandês e, a partir deste livro, pretendemos compreender determinadas representações e simbologias relativas ao período em questão, de forma a indicar de que maneira tais aceções se refletiram no imaginário colonial *a posteriori*.

De acordo com Assunção Barros, situamos nosso trabalho no domínio da história do imaginário, entendendo esse imaginário como:

Um sistema ou universo complexo e interativo que abrange a produção e a circulação de imagens visuais, mentais e verbais, incorporando sistemas simbólicos diversificados e atuando na construção de representações diversas (BARROS, 2004: 93).

Desta maneira, partiremos de uma imagem verbal e mental, ou seja, de um texto literário originário de determinada época, de forma a compreender a sociedade colonial, bem como seus aspectos culturais emaranhados no cotidiano tão bem narrado pelo frade durante a segunda metade do século XVII. Como explica Assunção Barros, o imaginário deve fornecer ao historiador material para o estabelecimento de interconexões diversas (BARROS, 2004: 99). Tendo por base um livro de memórias detalhadas sobre o Brasil Holandês, poderemos trilhar os mais diversos caminhos. Graças à assaz curiosidade do religioso português, além da cultura histórica contemporânea a Calado, pretendemos abordar as particularidades do cotidiano e da vida pública das Capitanias do Norte do Estado do Brasil.

Este trabalho representa o primeiro passo de um projeto maior, a ser desenvolvido no PPGH-UFPB. Pretendemos partir de uma temática mais abrangente e, posteriormente, a decompor em sub-temas, norteando nosso estudo a partir dessas pequenas divisões. Paralelamente, aprofundaremos a pesquisa bibliográfica para selecionar as leituras de apoio no sentido de melhor compreender questões como: a concepção histórico-cristã presente na obra, a cultura histórica gestada naquela sociedade e o imaginário que perdurou acerca do período holandês.

Podemos ainda citar como obras-guias que fundamentaram a elaboração do presente artigo, além do próprio *Valeroso Lucideno: Rubro Veio*, de Evaldo Cabral de Mello; *O Tempo da História*, de Philippe Ariès; *Colônia e Nativismo* de Rogério Forastieri da Silva; *Idea de la historia*, de R.G. Collingwood; *O Campo da História*, de José D'Assunção Barros; *As Escolas Históricas*, de Martin e Bourdê; *Ensaio e Estudos*, de Capistrano de Abreu e *O Campo da história*, de José D'Assunção Barros.

Entendemos, por fim, o *Valeroso Lucideno* como um livro épico, um compêndio indispensável para a compreensão do estudo da história do Brasil Holandês. O livro não contém verdades absolutas, mas dá margem para novas leituras e resignificações. A obra oscila entre as duas formas de conhecimento, não integralmente historiográfico, contudo não completamente literário. Do ponto de vista literário, o livro é ancorado no substrato doutrinal barroco e religioso. Do ponto de vista historiográfico, o valor é incomensurável. Calado foi espectador e contemporâneo dos acontecimentos. Seu livro

deve ser considerado um testemunho para a história, sobre a qual o autor não se esquivou de tomar partidos e referir episódios.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Capistrano. *Ensaio e Estudos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

ARIES, Philippe. *O Tempo da História*. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Antropos, 1992.

BARROS, José D'Assunção. *O Campo da história: especialidades e abordagens*. Petrópolis: Vozes, 2004.

BOURDÉ, G., MARTIN, H. *As Escolas Históricas*. Tradução de Ana Rabaça. Lisboa: Fórum da História, 1983.

CALADO, Manuel. *O valeroso Lucideno e triunfo da liberdade*. Vol.I e II. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1987.

COLLINGWOOD, R. G. *Idea de la historia*. México: Fondo de Cultura Económica, 1993.

FLORES, Elio Chaves. Dos Feitos e dos Ditos: história e cultura histórica. *Saeculum* (UFPB), v. 16, p. 83-102, 2007.

MARTINS, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. Vol. I (1550-1794). São Paulo: Editora Cultrix, 1977.

MELLO, Evaldo Cabral de. *O Rubro Veio*. 2ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.

MELLO, José Antônio G. de. *Frei Manuel Calado do Salvador: Religioso da Ordem de São Paulo, Pregador Apostólico por sua Santidade, Cronista da Restauração*. Recife: Universidade do Recife, 1954.

MELLO E SOUZA, Antonio Candido. *Literatura e Sociedade*. São Paulo, Publifolha, 2000.

SANT'ANNA, Affonso Romano de. O Valeroso Lucideno: um caso de arqueologia literária. *Revista Convergência Lusíada*. Brasil e Portugal: 500 anos de enlaces e desenlaces. Rio de Janeiro. N. 17. P. 17. 2000.

SILVA, Rogério Forastieri da. *Colônia e Nativismo: a história como "biografia da nação"*. São Paulo: Hucitec, 1997.